

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

Felipe Ramos Garcia¹

Linhagens do Estado Absolutista é uma referência na historiografia marxista. A obra é resultado de uma iniciativa do autor britânico que busca compreender as origens do Estado burguês. O resultado de sua pesquisa é publicado em 1974, em dois livros. O primeiro, por assim dizer, compreende o livro *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, que consiste num prólogo, como afirma o autor, para o estudo principal. Neste volume inicial, Anderson explora o mundo social e político da antiguidade, sua transição para o mundo medieval e a estrutura que resultará no feudalismo na Europa. O ensaio abre caminho para a sequência, que discute o absolutismo como pano de fundo do feudalismo e transição para um Estado burguês. As duas obras articulam-se uma a outra e formam um todo indissociável e complementar um ao outro. Os volumes são parte de um programa de pesquisa do autor, que busca compreender o desenvolvimento histórico da Europa, desde a antiguidade até a contemporaneidade. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo* é o início dessa empreitada e *Linhagens do Estado Absolutista* compreende a metade do projeto de Anderson. Um terceiro volume, que trataria sobre as revoluções burguesas, foi idealizado pelo autor, mas não chegou a ser concluído.

Perry Anderson foge das fontes costumeiras do historiador convencional - arquivos históricos e oficiais - e utiliza principalmente os trabalhos produzidos por outros historiadores para realizar sua pesquisa². Isso impõe, naturalmente, limites à sua análise. Em contrapartida, permite ao autor desenvolvê-la mais livremente, pois não se prende às amarras de uma

¹ Bacharel (2015) e licenciado (2016) em Ciências Sociais. Atualmente é mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista, campus de Marília. Endereço eletrônico: feliperamosgarciaa@gmail.com.

² Destacam-se aqui a obra de historiadores e intelectuais contemporâneos e conterrâneos de Perry Anderson, como Eric Hobsbawm, Christopher Hill, Edward Palmer Thompson, Denis Crispin Twitchett e Michael Roberts.

descrição historiográfica tradicional. Ademais, o fato do autor preterir os documentos históricos em detrimento das análises de outros historiadores, aliado ao fato de trabalhar operacionalizando categorias e métodos marxistas, oferta uma contribuição original sobre o tema, não apenas à historiografia, mas também às Ciências Sociais. O historiador justifica sua opção pela temática do Estado como tema central de análise, afirmando que sua construção (e desconstrução) “sela as mudanças básicas nas relações de produção, enquanto subsistirem as classes” (p.12). A justificativa é feita num contexto em que a historiografia passava por transformações³, permeada pelo lema da “história vista de baixo”. O autor conclui explicando que

Hoje em dia, tempo em que a “história vista de baixo” se tornou palavra de ordem, tanto em ciclos marxistas quanto em não marxistas, e produziu grandes avanços no nosso conhecimento do passado, ainda é preciso, apesar de tudo, relembrar um dos axiomas básicos do materialismo histórico: a secular luta de classes se resolve, em última instância, no nível *político* – e não econômico ou cultural – da sociedade (p. 11).

A influência de Marx e Engels na obra de Anderson é marcante, não só pelo recurso do materialismo histórico, mas também porque o historiador utiliza a concepção de Estado absolutista dos dois autores como ponto de partida. É bem verdade que não há em Marx e Engels uma elaboração mais acabada sobre o tema. Todavia, encontramos algumas linhas sobre o Estado absolutista diluída na obra dos pensadores revolucionários, e que é resgatada pelo autor para estruturar a sua própria concepção teórica sobre a matéria. Talvez Engels e Marx não tenham teorizado objetivamente sobre o tema, pois consideravam o Estado absolutista ora já como um Estado burguês, ora como uma espécie de Estado “bonapartista”, que existia para equilibrar a nobreza decadente com a burguesia ascendente. Aí residia o protagonismo assumido por esse modelo de Estado já no final da idade média: era resultante de uma disputa de classes e necessário para mediar o conflito entre elas. Podemos observar essa interpretação com mais clareza neste excerto extraído de *A origem da família, propriedade privada e do Estado*, e utilizado por Perry Anderson para demarcar o que seria o Estado absolutista em Marx e Engels:

A título de exceção, no entanto, ocorrem períodos em que as classes conflitantes se equilibram (*Gleichgewicht*) de tal modo que o poder do

³ Essas transformações foram norteadas pelos pressupostos da *Escola dos Annales*, movimento historiográfico que surgiu em torno da revista *Annales de História Econômica e Social*, no final da década de 1920 e que propunha um rompimento com a visão positivista da história. Se destacam aqui a figura de Marc Bloch e Lucien Febvre, e posteriormente a de Fernand Braudel. Na década de 1960, influenciados por essa escola, os historiadores Christopher Hill e P. Thompson afirmaram a necessidade da produção intelectual sobre o processo histórico focado nos “de baixo”, referindo-se à classe operária.

Estado, enquanto pretensão mediadora, adquire, por um momento, um certo grau de independência diante delas. Assim se deu com a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que manteve o equilíbrio (gegeneinander balanciert) entre a nobreza e a classe dos burgueses (p. 15).

Essa concepção fica mais evidente no *Manifesto Comunista*, onde afirmam que “o papel político da burguesia” nesse modelo de Estado era o de ser um “contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta” (2010, p. 42). Marx diz ainda em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* que a centralização estatal de que carece a sociedade moderna “acaba se erguendo sobre as ruínas da máquina governamental burocrático-militar [exército permanente, polícia, clero e magistratura] que havia sido forjada na contraposição ao feudalismo” (2011, p. 149). Em outra passagem, desta vez extraída de *A guerra civil na França*, afirma que

Burocracia, polícia, exército permanente, clero e magistratura, teve seu nascimento nos dias da monarquia absoluta. O poder centralizado do Estado tinha, naquele tempo, de servir à nascente sociedade de classe média como uma poderosa arma em suas lutas para emancipar-se do feudalismo (2011, p. 170).

Portanto, podemos afirmar que a síntese de Estado absolutista para Marx e Engels é um modelo de Estado transitório, consistindo-se num preâmbulo do Estado burguês, pois operava organizando as bases políticas, sociais e de produção, de modo que burguesia assumisse o protagonismo logo em seguida, com uma estrutura já adequada ao modo de produção capitalista. O Estado cumpre, para Marx e Engels, papel central no assentamento da estrutura capitalista no mundo moderno. Perry Anderson concorda com essa interpretação e avança afirmando que a introdução exércitos regulares, burocracias permanentes, impostos nacionais, leis codificadas e os primórdios de um mercado unificado por parte das monarquias absolutas, são características que parecem ser eminentemente capitalistas, pois coincidem com o desaparecimento da servidão, instituição essencial do modo de produção feudal europeu. Todavia, o historiador pondera que

um estudo mais cuidadoso das estruturas do Estado absolutista no Ocidente enfraquece tais juízos, inevitavelmente. Pois o fim da servidão não significou o desaparecimento das relações feudais no campo. Identificar um como o outro é um erro comum (p. 17).

Embora Perry Anderson faça essa ressalva, afirma que Marx já havia observado tal contradição quando trata sobre a renda da terra, no primeiro volume *d'O Capital*. Mas esse é um contraponto importante, pois vai nortear a elaboração posterior que o britânico fará sobre o Estado absolutista e suas linhagens. Nesse sentido, outra problemática apontada é a da periodização. Considerando o Estado absolutista como um momento transitório entre o

feudalismo e o capitalismo, é difícil precisar em que momento ele surge e em que momento desaparece. Contudo, reconhecendo o desafio a tarefa, Perry Anderson traça uma trajetória do desenvolvimento do Estado medieval na Europa, até se deparar com o momento em que as relações econômicas começam a tornar-se mais heterogêneas, a partir do século XIII. E é nesse momento que, segundo Anderson, “as tarefas do governo feudal se tornam mais complexas” (p. 46). Assim, já durante o período do Renascimento, a Europa presenciava a consolidação do Estado absoluto.

Superada essa questão, o autor inicia sua análise, que é construída em dois níveis: o primeiro, um nível teórico, já discutido, onde desenvolve e conceitua o Estado absoluto; e, um segundo uma análise de casos concretos. Ao analisar os casos concretos, o britânico divide a Europa e aborda o lado ocidental e oriental do continente. Essa distinção é feita pelo autor para superar uma lacuna de estudos historiográficos em relação ao leste europeu. É recorrente, quando se trata do velho continente, utilizar o Oeste como expressão total da Europa. Perry Anderson afirma, no entanto, que as características econômicas, sociais e políticas do Leste são bastante peculiares e, no que diz respeito a estrutura dos Estados absolutistas, “possuem trajetórias distintas aos Estados ocidentais” (p. 9).

A primeira parte do livro é destinada a abordar os casos concretos da Europa ocidental. Perry Anderson se debruça, fundamentalmente, em analisar os casos da Espanha, França, Inglaterra, Itália e Suécia. Articula a análise dos casos particulares de ocorrência do absolutismo em cada um desses lugares para, a partir daí, construir uma análise do fenômeno do absolutismo na Europa ocidental, como um todo. O mesmo movimento é feito para refletir sobre a Europa oriental, na segunda parte do livro. O autor faz uma importante caracterização sobre o Estado absolutista no Leste, afirmando que enquanto no ocidente ele foi um “aparelho político realocado de uma classe feudal que aceitara a comutação das obrigações”, no oriente foi “a máquina repressiva de uma classe feudal que acabara de extinguir as tradicionais liberdades comunais dos pobres” (p. 213). Em outras palavras, enquanto no Oeste o Estado absolutista foi uma “compensação pelo desaparecimento da servidão”, no Leste ele foi um “instrumento para a consolidação da servidão”. Há ainda uma reflexão sobre as características particulares da nobreza e da monarquia do Leste europeu, seguida de análises de casos concretos do Estado absolutista no ocidente. Perry Anderson trata da Prússia, da Polônia, da Áustria e da Rússia.

Faz ainda uma observação sobre o Estado turco e a presença mulçumana na Europa desde o século XI (p. 401). A inclusão de um capítulo sobre o Estado otomano não é,

evidentemente, por acaso. O autor afirma, já em sua conclusão, que o Estado otomano “se instalou no continente sem jamais ter se naturalizado em seu sistema político ou social” (p. 437). Resgata Maquiavel para afirmar o Estado otomano como uma “antítese da monarquia europeia”, assinalando a “burocracia autocrática” como uma ordem institucional que o diferenciava de todos os outros Estados da Europa. Utilizando as palavras de Maquiavel, diz ainda que “todo império turco é governado por um senhor, e todos os homens são seus servos” (p. 437 – 438). A coexistência do Império turco otomano era uma contradição na Europa, pois não se apresentava com características de um Estado absolutista, propriamente dito. Analisar essa particularidade faz com que o autor avance ao Leste para encontrar-se com a Ásia, mais precisamente com a China e o Japão. O autor tenta buscar correspondências do processo de desenvolvimento europeu no extremo oriente. Tenta identificar padrões de ocorrência de um feudalismo e a viabilidade de um Estado absoluto nessas regiões. Perry Anderson finaliza o texto justamente com duas notas: uma sobre o feudalismo japonês e outra sobre o modo de produção asiático. Ao analisar o Japão, observa o surgimento de uma “organização política centralizada, sob forte influência chinesa” (p. 477), que começa a se formar no século VII a. C. Seguindo em frente na observação, se depara com o xogunato, já em fins do século XII. O autor compreende essa organização como feudal. A reflexão que o britânico faz sobre o feudalismo japonês irá até o Estado Meiji, que hipoteticamente seria o Estado absoluto e transitório ao capitalismo, seguindo o molde Europeu. Porém, prosseguindo na análise, conclui afirmando que no Japão, “a passagem do feudalismo para o capitalismo se completara de maneira única, sem interlúdio político” (p. 505), e que, portanto, não caracteriza o Estado Meiji “em nenhum sentido” como sendo um Estado absolutista, mas sim um “Estado capitalista autoritário”.

A segunda nota é sobre o que a historiografia chama de modo de produção asiático. Nessa parte, Perry Anderson continua discorrendo sobre o processo de desenvolvimento político e econômico asiático, desta vez trazendo, de forma mais marcante, a Índia para a reflexão. O autor faz, desde a abordagem do Império turco otomano, uma crítica a produção historiográfica sobre o período de desenvolvimento do capitalismo no mundo. Para ele, o que se chama de “asiático” é, na verdade, um conjunto de Estados diferentes entre si e da Europa. Conservam características políticas, culturais, sociais e econômicas específicas e merecem uma análise mais contundente, um a um e para além da concepção de modo de produção asiático, que concebe toda essa vasta heterogeneidade e distinção em relação a Europa como uma única variante. Anderson conclui afirmando que “serão necessárias muitas pesquisas

históricas antes que se possa chegar a qualquer conclusão científica verdadeira acerca dos vários caminhos do desenvolvimento não europeu nos séculos concomitantes à Idade Média e ao início da época moderna na Europa” (p. 602).

Para concluir, podemos afirmar que Perry Anderson faz uma avaliação bastante interessante sobre os Estados Absolutistas, o que motivou e contribuiu para uma abordagem marxista do tema. Entretanto, o livro possui um caráter muito abrangente, o que torna as análises pouco profundas. Especialistas no tema, como historiadores, dedicados a estudar fontes primárias, poderão encontrar lacunas e inconsistências na produção de Anderson, que decorrem do caráter generalizador da obra que, como exposto, não utiliza fontes primárias, preferindo analisar obras de outros historiadores, fontes secundárias, bibliográficas, portanto. Os defeitos da obra não diminuem o alcance e impacto na historiografia e nas ciências sociais, embora seja importante observá-la com a devida cautela e valendo-se de fontes suplementares sobre o período e o tema.

Referências

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Unesp, 2013.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Recebido em dezembro de 2017

Aprovado em março de 2018